

RESENHAS

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



ZARKA, Yves Charles (dir.). *Deleuze Político: seguido de nueve cartas inéditas de Gilles Deleuze*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2010; 142 pp.

Jéssica Cássia Barbosa (UFRN)

Reunindo textos de críticos renomados da obra de Gilles Deleuze, o livro *Deleuze político* pretende, através de uma série de investidas, falar de alguns dos lugares ou dos muitos lugares de onde é possível aproximar a filosofia deleuziana à política. Dessa forma, Yves Charles Zarka comenta no prólogo que a política na filosofia deleuziana não se encontra no centro de seu pensamento, como pode ser o caso no pensamento de Michel Foucault; mas também não se encontra na periferia; antes: “Aflora em uma e outra parte” como algo que a afeta desde o exterior, e como o não filosófico que a filosofia deve necessariamente enfrentar. Segundo Zarka é apenas mediante a criação de conceitos – atividade propriamente filosófica para Deleuze – que a filosofia pode tornar-se política. O autor apresenta como exemplo o conceito de *máquinas desejantes*, criado por Deleuze e Félix Guattari: “Esse conceito designava o dispositivo inicial orientado a questionar tão radicalmente como fora possível a cena familiar na psicanálise” (p.10), mas logo se torna fundamentalmente político, quando o desejo passa a ocupar a cena principal; porque na filosofia deleuziana o desejo produz o real, e, portanto, são as máquinas desejantes os agentes que investem no social e no político. Na apresentação do livro intitulada *A política, uma nova língua?*, Charles Ramond discute o modo em que irrompe a política na filosofia deleuziana, sob a forma de uma nova língua. Conforme Ramond, isso é feito por Deleuze segundo dois motivos: o primeiro por querer afastar-se das concepções comuns e

espontâneas que se entende por política; segundo, por ser impreterível a criação dessa nova língua, “capaz de induzir novos pensamentos e, talvez, novos comportamentos” (p.16).

O artigo que inaugura o livro, *Existe algo assim como uma política deleuziana?*, do filósofo Alain Badiou, inicia questionando a possibilidade de se falar em uma política deleuziana, simplesmente evocando os tais conceitos “políticos”, como os de desejo, devir e minorias. Pois afirma, e é certo, “Deleuze nunca isolou a política como algo que deveria ser pensado *per se*, por si, como um pensamento específico (...). Contudo todos sabemos que Deleuze fala de política” (p.21-22). Badiou analisa essa possível contradição na concepção de política em Deleuze. Segundo o filósofo, há duas concepções políticas em Deleuze: uma que é a política enquanto criação de algo novo, e outra enquanto análise do capitalismo. Mas a criação, prossegue Badiou, não é algo estritamente político, antes está em todas as instâncias da ação humana; nesse sentido há uma máxima política na arte, na sexualidade, no devir do ser humano. Por outro lado, a política pode ser específica no caso da análise do capitalismo moderno, mas não estamos então em um pensamento criativo. A propósito disso Badiou conclui que há muito mais uma ética deleuziana do que uma política. Uma ética sob o nome de “política”, que consistiria em: “Afirmção do acontecimento. Criação de algo novo, algo pequeno ou grande, mas algo novo. E crença no mundo como nova subjetividade. Parece-me que o vínculo entre as três constituem completamente a ética de Deleuze” (p.24).

Deslocando a atenção para a questão da possibilidade de uma prática política deleuziana, François Dosse, autor da recente *Biografia cruzada* de Deleuze e Guattari, mostra um filósofo inseparável de um político, pois, afirma Dosse, toda sua produção intelectual, desde seus primeiros escritos, se inscreve no âmbito do político: “o da incessante reabertura das forças da criatividade e do debilitamento das imposições institucionais” (p.27). No artigo intitulado *Os compromissos políticos de Gilles Deleuze*, Dosse não compara Deleuze a um ativista político como o filósofo Jean-Paul Sartre, mas, antes, a um intelectual específico, tal como o definiu Michel Foucault, pondo suas competências ao serviço da cidade. Mas ao mesmo tempo, conforme o autor, Deleuze também foi o intelectual que abandonou sua mesa de trabalho para estar na praça

pública, coisa que teve lugar, mais acentuadamente, a partir do acontecimento visionário de Maio de 68 e do encontro com Félix Guattari. Dosse lembra ainda que, posteriormente, Deleuze passa a envolver-se com Foucault no Grupo de Informação sobre as prisões (GIP), do qual decorre toda reflexão acerca da relação dos intelectuais com o poder.

No texto de Guillaume Sibertin-Blanc *Deleuze e as minorias: qual política?*, a questão das minorias e do devir minoritário é considerado como ponto central do pensamento político de Deleuze. O conceito de *menor* tende a criticar inteiramente um mundo onde a maioria, a democracia, a lei, e o ser aparecem em prevalência. Junto com Guattari, Deleuze desenvolve tal conceito a partir do caso de Kafka; eles mostram que uma língua dominante não instaura sua hegemonia sem ser correlativamente afetada por estranhos usos menores. Deleuze, segundo Sibertin-Blanc, caracteriza a maioria como uma abstração, sendo nada diante do “devir minoritário de todos”. Conforme Sibertin-Blanc, uma verdadeira política deleuziana deve ser aquela que esteja mais próxima quanto possível dos devires de nossas vidas singulares, em oposição a algo que invista no majoritário, pois do último segue-se o mal estar que prevalece em política que faz com que não nos reconheçamos nessa maioria – ainda que não paremos de evocá-la.

Pensar a política antes que o ser é outra questão que está em jogo para Deleuze, e é enfrentada com desvelo por Juan Luis Gastaldi, no artigo *A política antes que o ser. Deleuze, ontologia e política*. De acordo com Gastaldi, muitas são as filosofias que propõem políticas pressupondo um ser que determina a ação. Assim, a liberdade, a igualdade e outros conceitos similares são alguns dos pressupostos assumidos em tais filosofias. Gastaldi traz o exemplo de Kant e a referida crítica feita por Deleuze. Kant afirma ser a política um assunto *prático* (não pertencente ao mundo da natureza), que estaria dirigida por uma vontade necessariamente livre; pela sua parte, Deleuze afirma que a vontade não é livre *a priori*, mas antes se deve ser capaz de *criar* essa liberdade. Da mesma maneira, Gastaldi expõe a crítica deleuziana à noção de liberdade do liberalismo, interpretando-a como sinônimo de pura abstração, pois, assinala Gastaldi, a liberdade sem a criação permanece para Deleuze sem relevância, puro atributo formal sem

efeitos reais: “a criação não pode ter lugar sem liberdade, não porque esta última seja a condição da criação, senão porque é seu efeito” (p.69). Galtaldi conclui então que “à noção liberal de liberdade como *condição de possibilidade* da criação, Deleuze opõe a criação como *condição de realidade* da liberdade”. (p.69). Como lembra Charles Ramond ainda na apresentação do livro, a política antes que o ser está perfeitamente de acordo com a idéia deleuziana de que a realidade é devir, processo, onde o ser viria forçosamente depois – da mesma forma, as instituições são apenas resultado de grandes irrupções, verdadeiros acontecimentos. Para Gastaldi, a política, assim entendida, deve vir forçosamente antes da liberdade, da vontade, antes do ser, ou do dever ser: “Devir revolucionário enquanto intervenção política criadora, não é o resultado de uma livre eleição, senão, pelo contrário, de uma situação de opressão ou de tirania que não deixa outra opção, e que desse modo determina que “não há outra coisa que fazer” ”(p.78). A partir disso, a política passa a ser anterior ao ser no sentido de que coincide com o seu surgimento e seu devir.

A utopia antes do ser, ou uma utopia imanente ao político é o ponto em que Paul Patton pretende confrontar as teorias de Gilles Deleuze e Jonh Rawls, a primeira vista inconciliáveis, no artigo *Deleuze, Rawls e a filosofia política utópica*. De acordo com Patton, a filosofia política de Rawls concerne à resolução, à orientação ou reconciliação de formas sociais de cooperação equitativa. Em oposição, a filosofia de Deleuze objetiva criar conceitos que sejam como expressão das forças sociais, capazes assim de transformação social. Para Patton, o êxito dessa forma de filosofia se mede pela “capacidade de seus conceitos para servir a reais movimentos portadores de mudança social” (p.84). Apesar das diferenças, a aproximação feita dos universos conceituais e políticos de ambos os filósofos permite a Patton conceber uma visão mais utópica e crítica da filosofia de Rawls, e por outro lado uma maior preocupação pelo concreto em Deleuze, institucional, até técnica. Patton demonstra como Deleuze empreende uma filosofia com vocação utópica, através dos processos de desterritorialização absoluta, mas também assinala que tal filosofia só realiza essa vocação em relação aos processos de desterritorialização relativa presentes no campo social e político – os devires revolucionários. Segundo o autor, é assim que

Deleuze afirma que os conceitos criados pela filosofia são a reterritorialização desta, uma vez que “devem confrontar-se com as formas de devir revolucionário ativas na vida social e política atual, se preciso contribuir a abrir o caminho a novas formas de vida individual e coletiva” (p.87). Resulta, para Patton, que o utopismo de Deleuze é imanente, no sentido que se encontra vinculado às forças políticas resistentes à vida institucionalizada de caráter intolerável – resistência ao presente.

É nos filmes do cinema novo brasileiro que Deleuze encontrará uma potência de resistência que não pressupõe a tomada do poder por parte de um proletariado ou de um povo unificado – a violência nômade à qual Goddard se refere em detrimento à violência revolucionária. Segundo o artigo *Deleuze e o cinema político de Glauber Rocha. Violência revolucionária e violência nômade*, de Christophe Goddard, essa máquina binária entre duas castas, de dominadores e dominados, ou de burgueses e proletários, é, para Deleuze, a própria essência do poder. Pelo contrário, as minorias do sertão que aparecem nos filmes de Glauber Rocha, segundo Goddard, opõe impossibilidades à política: “Enquanto condição do político, o impossível o é no sentido em que, como condição *real*, é em si mesmo portador de uma força para engendrar e uma força de invenção de formas de existências políticas irreduzíveis à forma clássica do político” (p.94). Tal política anárquica, conforme Goddard, aparece como uma dissolução de todos os códigos, e escapa a modelos de pensamento que reduz o real ao Uno, em detrimento de suas próprias condições de possibilidade. Surge assim, no cinema de Glauber Rocha, a potência do processo criativo onde Deleuze vê a realidade da política.

A respeito disso, Maio de 68 tem um lugar importante, na opinião de Guillaume Le Blanc, na filosofia deleuziana, bem como em relação à vida política na França. Em *O abecedário* Deleuze afirma que Maio de 68 foi um acontecimento de puro devir, devir-revolucionário sem futuro de revolução. No seu texto, *Maio de 68 em filosofia. Para uma via alternativa* – último da coleção que compõe o presente livro – Le Blanc defende que a partir de Maio de 68 surge um novo estilo em filosofia, que ele propõe denominar “Maio de 68 em filosofia”. Não se trata simplesmente de um pensamento de 68, mas antes, segundo o filósofo, uma nova forma

de ver o poder criador da vida como novo cenário político e social: “A possibilidade da invenção coletiva é indubitavelmente uma das apostas maiores da filosofia dos *sixties*” (p.105). Essa via elegida por Deleuze, conforme Le Blanc, em favor de uma filosofia da vida criadora, implicará em um questionamento da normalidade em favor dos desvios. E também faz surgir a idéia de um diagrama da diferença como impulso vital à diferenciação, a partir de Bergson, impulso que é a própria potência de revisão da normalidade. A vida é pensada como uma atividade de diferenciação. Por isso, sendo um poder de diferir, pode ser pensada como criação e também como desvio, dois sentidos da diferença que Deleuze, de acordo com Le Blanc, conserva de Bergson: “Em Deleuze, tal é o caso que surge da afirmação de que a vida é não tanto desenvolvimento de uma forma, mas diferenciação, é dizer, ao mesmo tempo criação de relações com outros corpos mediante os afectos, e criação de comportamentos de vidas singulares (os devires)” (p.109). Daí também uma primazia do *menor*, que segue a via dos desvios, em detrimento do *maior*, que estabelece os padrões de medida das normas. O menor impõe à norma um estado de “variação contínua” que, segundo Le Blanc, Deleuze afirma ser o que constitui o “devir minoritário de todo o mundo”, tal como um “fenômeno de borda”, “ponta de desterritorialização”. Desse modo, de acordo com Le Blanc, a filosofia política torna-se antijurídica, uma vez que passa a explorar os desvios, os processos coletivos e criativos. Isto significa que a política torna-se um questionamento minoritário das normas, uma transformação do maior a partir do menor. Mas não como um combate entre duas classes de morte, onde uma derrubaria a outra com fins a tomada do poder – estabelecendo uma nova maioria. Le Blanc afirma que a maioria segue sendo um certo regime de dominação exercido sobre a minoria, mas a minoria é então uma irrupção, criação coletiva que age diretamente em um estado de poder da maioria, irredutível a este.

Por fim, como um extra valioso encontra-se, ao fim do livro, a incorporação de uma série de cartas inéditas de Deleuze endereçadas ao amigo e também filósofo Clément Rosset, a quem conheceu no ano de 1961. Rosset era ainda estudante e Deleuze “era, não o autor em que se converteu depois, mas já então um professor com renome” (p.125) – comenta Rosset em sua

apresentação das cartas de Deleuze. Os amigos seguem trocando cartas esporádicas até o início da década de 80, data da publicação de *Mil Platôs*. Perderam o contato aos poucos sem nunca declararem uma “ruptura” de fato. Rosset escreve que a partir dessa época, Deleuze foi tornando-se pouco compreendido por ele: “O primeiro livro em colocar-me assim em um fracasso de compreensão foi, pois, *Mil Platôs* (...) As obras que se seguiram não conseguiram em absoluto aclarar meu entendimento e me molestava muito dizê-lo ou escrevê-lo sobre qualquer outra coisa” (p.126). Ademais da amostra de amizade que as cartas trazem, elas também revelam um Deleuze muito atento e já preocupado com a necessidade de um novo estilo em filosofia, tal como revela o seguinte trecho, do ano de 1966: “persigo escuros devaneios acerca da necessidade de um novo estilo ou de uma nova forma em filosofia” (p.127).

O livro publicado primeiramente pela Presses Universitaires de France, no ano de 2010, tem como título original *Deleuze politique* e possui como colaboradores todos os já citados na presente resenha, sendo dirigida por Yves Charles Zarka. A publicação para o castelhano, a partir da qual foi escrita esta resenha, possui 142 páginas e sua tradução foi realizada por Heber Cardoso.

